

Mestiçagens do processo ibérico e brasileiro: Al-Andalus, (im)permeabilidade linguística como paradigma geopolítico e colonialidade

*Miscegenations of the Iberian and Brazilian process:
Al-Andalus, linguistic (im)permeability as a geopolitical
paradigm and coloniality*

Gabriel D. Gruber
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
gabriel.dgruber@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6487-4223>

RESUMO

O presente artigo propõe repensar a categoria da linguagem perante seu papel na geopolítica da formação dos Estados-nações Brasil e Portugal. Para isso, dissertamos a respeito das categorias de contatos linguísticos propostas por Zinkhahn Rhobodes (2015) em contraste com a perspectiva de DeGraff (2005) sobre a não excepcionalidade do processo de *crioulização*. Adotamos o giro decolonial como metodologia e imperativo ético de fugir do eurocentrismo científico-cultural, de modo que buscamos redimensionar a importância africana no processo da língua brasileira “cultura” e da língua portuguesa. Para tanto, a importância científico-cultural e o apagamento da ocupação muçulmana em Al-Andalus são tratados como paradigmas linguísticos.

Palavras-chave: permeabilidade linguística; Península Ibérica; geopolítica; lusofonia.

ABSTRACT

This article proposes to rethink the category of language within the geopolitics context of nation-states formation in Brazil and Portugal. To this end, the categories of linguistic contacts by Zinkhahn Rhobodes (2015) and its contrast with the perspective of DeGraff (2005) on the non-exceptionality of the creolization process will be analyzed. Employing the decolonial turn as both a methodological and ethical imperative to escape scientific-cultural Eurocentrism, we seek to resize the African importance in the process of the “educated” Brazilian and Portuguese language. Therefore, the scientific-cultural importance and the erasure of the Muslim occupation in Al-Andalus is treated as a linguistic paradigm.

Keywords: linguistic permeability; Iberian Peninsula; geopolitics; lusophony.

INTRODUÇÃO

A língua é compreendida, há muito, como algo além da estrutura. O fator identitário e ideológico dela está incrustado em suas formalizações científicas e, recentemente, novos desdobramentos têm sido requeridos ao verificarmos, de modo cada vez mais explícito em estudos, seu papel ontológico (Hauck, 2023; Severo; Buzato, 2023; Fanon, 2008; Mignolo, 2003) e epistêmico (Gonzales, 1988; hooks, 2007; Asante, 1988; Xakriabá, 2018).

Em busca de uma revisão decolonial de bibliografias, metodologias e conceitos do percurso da ciência linguística, dissertaremos, no primeiro tópico, sobre o papel geopolítico não somente da língua, mas do conceito de linguagem¹. Neste artigo, atravessaremos o período pré-colonial em disputas na Península Ibérica até o desenrolar das invasões e dos tráficos humanos, passando pela colonialidade remanescente e florescente na contemporaneidade. Para isso, lidaremos especialmente com a prefiguração identitária dos participantes em um processo misto de descrição (o que é), que se torna prescrição (o que deve/precisa ser), da competência gramatical. Por fim, analisaremos a ideologia embutida em tal articulação e suas consequências.

Na segunda etapa, serão destrinchadas as categorias de afetação² nos contatos linguísticos de acordo com Zinkhahn Rhobodes (2015). Elas serão colocadas em contraste com a perspectiva da natureza mestiça das línguas e a constante necessidade de contenção da exposição dessa característica por meio de agentes ideológicos. Com tal fim, abordagens de leituras históricas desses processos serão exploradas desde a *crioulização* quanto à contínua mudança do português europeu até a crítica a ambas pela reprodução de racismos epistêmicos.

Já no terceiro tópico, trabalharemos o apagamento epistêmico proposital da influência de Al-Andalus na formação cultural, científica e linguística da Península Ibérica e, em especial, da língua portuguesa arcaica. Nesse sentido, a influência moura e árabe comprimida em um reducionismo é vista como mais um fator da longa herança perniciosa das disputas de poder que usam a “linguagem” como instrumento.

¹ Aqui, é válido comentar as importantes relações glotopolíticas discutidas por Luís Kandjimbo (2022) e especialmente por Louis-Jean Calvet (1974).

² Leia-se, com isso, as categorizações dos tipos de resultados advindos de contatos gradativos, o quanto elas se afetam nesse processo.

Conseqüentemente, buscaremos questionar a natureza da percepção e da categorização da linguagem como signo de poder e disputa, para recondicionar a linguística em uma empreitada ética.

Como caminho metodológico, além de contar com as ferramentas críticas de uma análise teórica analítica e diacrônica sobre a linguagem lusófona e seus contatos, por se tratar de um texto dedicado à crítica decolonial, decidimos ter coerência em nossa forma de redação acadêmica:

Gostaria já agora de insistir na minha recusa a certo tipo de crítica de natureza cientificista que, no mínimo, sugere ausência de rigor na maneira como discuto os problemas e na linguagem ou na sintaxe “demasiado” afetiva que uso. A paixão com que conheço e com que falo ou escrevo não diminuem em nada o compromisso com que *denuncio* ou *anuncio*. Eu sou uma inteireza e não uma dicotomia. Não tenho uma parte de mim esquemática, meticulosa, racionalista, conhecendo os objetos e outra, desarticulada, impressa, querendo simplesmente bem ao mundo. Conheço com meu corpo todo, sentimentos, paixão. Razão também (Freire, 1995, p. 28).

A INVENÇÃO DA LINGUAGEM NA GEOPOLÍTICA E NA COLONIALIDADE DO PODER: O PORTUGUÊS (E O) BRASILEIRO

Onde, quando, como e por que a capacidade linguística de linguajar se metamorfoseou no que chamamos e entendemos por linguagem? Há um limite muito turvo na história da produção da ciência História sobre os limites da falácia universalista da colonialidade nas ciências e suas existências. Na histórica história colonial, o brilhantismo da bravura ibérica na intrépida tarefa de desvendar o coração místico do planeta que lhe pertencia é incutido como honra³. E o imperdoável fardo de não ter nascido branco, homem, hétero, cisgênero e europeu configura uma hamartia sem cura, apenas paliativos.

Assim como outros parâmetros questionados, levanta-se a seguinte pergunta: quais são os fatores que geram um “efeito de língua”, que traça a fronteira entre a língua(gem) e o que não é língua(gem) (Errington, 2001; Makoni; Pennycook, 2007)? Sabe-se que:

³ Neste artigo, assumiremos uma poética que denuncia a relação da produção intelectual da cisheteronormatividade, bem como da branquitude e da masculinidade.

Muitos críticos têm apontado como nossa linguística modernista da linguagem, do código e da competência defendem um mundo social unificado e homogêneo no qual a língua existe como um patrimônio compartilhado – como um artifício, precisamente, para imaginar comunidades (Pratt, 1987, p. 50).

Bagno (2011; 2013) defende que, no decorrer do tempo, há uma nítida estratégia geopolítica de “purificação” da língua portuguesa na maneira como sua história e documentação são registradas. Para o linguista, as constantes reafirmações das origens latinas do português são mais míticas e ideológicas do que genealógicas e estruturais. Para ele, a influência da Galiza na construção histórica, cultural e linguística (se há realmente divisões nítidas nessas áreas) foi conscientemente apagada:

A Galiza passou a formar parte da coroa de Castela e Leão em 1230 e a partir daí foi perdendo a sua autonomia política a favor de Castela. Esse quadro político apresenta, de um lado, a Galiza: um território sem governo próprio durante 750 anos, uma região que é em tudo tributária e dependente de um Estado central espanhol, marcado, ao longo de sua história, por uma forte política de silenciamento das identidades étnicas subestatais, de esmagamento das lutas em favor da autonomia dos povos submetidos à sua coroa e de substituição planejada das línguas locais pela língua oficial, castelhana, que deixa de ser um dialeto local, o dialeto de Castela, para receber o título nobiliárquico de “língua espanhola”. Do outro lado, literalmente do outro lado do rio Minho, fronteira natural que sempre demarcou os dois territórios, está Portugal: país independente, reino autônomo desde o século XII, Estado soberano, inimigo secular de Castela, sempre muito cioso de preservar sua liberdade política diante da vizinha Espanha, mais poderosa e maior. [...] Com isso, temos uma língua, o português, língua de um Estado soberano, e temos o galego, que sempre viveu no inferno do não-ser, porque lhe falta precisamente um Estado soberano (Bagno, 2011, p. 36).

Mignolo (2003) estabelece importante corroboração a essa tese. Ele afirma que o período em que as línguas europeias mais se propuseram a se “unificarem” ou, como Pinto (2013) sugere, se autodeclararem “unificadas/homogeneizadas” em prol de se tornarem heterogêneas entre si foi durante a colonização, em disputas territoriais do século XIII ao XX. O projeto de “inventar” sua língua, ou, pelo menos, o imaginário de que ela existe como arquétipo, amalgamou-se com a necessidade de delimitar o que uma língua devia ter para ser “mais língua” que a dos povos invadidos. Assim, mais organizada, refinada, sábia e previsível (Pinto, 2013, p. 125-126). Ainda conforme reitera Joana Pinto (2013):

[...] o discurso hegemônico que materializa o português finca raízes na invenção da nação portuguesa, e para isso esconde interações e conexões entre

falantes, homogeneizando práticas linguísticas diversificadas com o nome de “língua portuguesa” (Pinto, 2013, p. 126).

Tais discussões sobre o peso cultural da língua para a conceituação da linguagem estão sincronizadas com a formalização dos Estados-nações europeus (Mühlhäusler, 2000, p. 358). No entanto, faz-se necessário traçar a diferença entre pensar o peso linguístico da sociedade e pensar o peso social da linguística.

Para os antropólogos Bauman e Briggs (2003), a teorização da linguagem, com uma herança profundamente arraigada de três séculos de filosofia, teoria política, história, altamente europeizada, subjaz às grandes instituições de manutenção das desigualdades sociais.

O ideal forjado de uma língua “pura, neutra, autônoma, transparente e representacional” (Moita Lopes, 2013, p. 105) pressupõe a existência de seres que sintonizam tais características, tornando conceitos, como nações e Estados, com um “efeito de real” e capazes de “justificar relações de poder, possibilitando que os subalternos pareçam falar de modos que clamem pela subordinação deles próprios” (Bauman; Briggs, 2003, p. xiii). Quijano (2005) denomina colonialidade do poder tal movimento de capacidade ideológica de subjugação inerte.

Moita Lopes (2013) afirma que houve uma “purificação” da linguagem para longe de ideologias linguísticas, assim como as práticas sociais que moldaram-na. Em sua concepção, o tratamento da língua enquanto sistema autônomo só se dá “apagando o sujeito social, suas marcas sócio-históricas e ideológicas em seu corpo – e os sofrimentos ou vantagens que acarretam” (p. 105). Avancemos ainda mais ao questionarmos os parâmetros e os valores na linguística histórica a partir do pensamento sistemático linguístico.

Nesse sentido, para Deleuze e Guattari (1987, p. 8), a língua não seria sistema, mas rizoma, criando camadas altamente entrelaçadas em si. Assim, admite-se que na língua há uma “trama instável de fluxos que só ganha vida quando as pessoas e suas subjetividades e histórias são consideradas nas práticas sociais múltiplas e situadas de construção de significado em que atuam.” (Moita Lopes, 2013, p. 104).

Todavia, faz-se necessário, no revisionismo científico da extensão ilimitada da colonialidade (do poder, saber e ser), pensar os constantes perigos do antropocentrismo na criação da ética humanista:

O paradoxo é que esse humanismo emerge justamente na época de ascensão dos regimes escravocratas nas colônias europeias ao redor do planeta, com destaque nefasto para a escravização de grandes contingentes de povos africanos nas Américas. Se hoje o *establishment* jurídico internacional condena a escravidão humana – ainda não totalmente erradicada e nem resolvidas suas piores consequências como o racismo estrutural –, ainda está em disputa a condição de outros seres, animais, plantas ou mesmo fenômenos de status indefinido, como rios e montanhas (Amorim Filho, 2023, p. 108).

A economista egípcia Minouche Shafik (2021, p. 27), ao dissertar sobre os processos históricos dos contratos sociais do Norte Global ao longo da sequência da filosofia ética em Hobbes, Locke, Rousseau, afirma que “as expectativas do indivíduo e do Estado eram mínimas em comparação com as nossas: o contrato social era apenas a pré-condição para viver em uma sociedade livre da exploração”, o que constitui uma falácia, pois suas sociedades “tão humanistas” sacramentaram um sacrifício seletivo. Na graduação de humanos plenos (que precisam se livrar da exploração), quanto mais se afastam de tal arquétipo mais são sub-humanos (e mais passíveis de exploração), e o que ultrapassa o nível humano é mais condicionado à instrumentalização e ao sacrifício.

Krenak (2019) objetivamente declara que a denominada “humanidade” do humanismo não passa de um “clube” altamente restrito que insiste em um código de conduta que, “na maioria das vezes só limita a nossa capacidade de invenção, criação e liberdade”, e questiona: “Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser?” (Krenak, 2019, p. 13-14).

O cientista linguístico Pennycook (2003) propõe abrir caminhos no pós-humanismo para expandir o que a linguagem pode ser além das restrições cognitivas e espaciais das discussões do que é humano. Severo e Buzato (2023) em *Cosmopolítica e Linguagem*, assim como Jan D. Hauck (2023), fazem uma curadoria de autores da antropologia linguística que buscam transcender as categorias eurocêntricas ao teorizar a linguagem. Alberto Acosta (2022) alerta para a imperiosa necessidade de avançar para longe do antropocentrismo que gerou as massivas extinções e os epistemicídios do Antropoceno para o sociobiocentrismo.

Localizando a colonialidade do poder na conceptualização linguística da divisão entre quem pode ter linguagem, nota-se o uso desse signo no poder de nomear, contar, analisar, medir, sentir, instrumentalizar e se deificar. Para justificar que a linguagem é sua, formalizou-se uma lista de características e qualificações de como a língua é (deveria

ser) e funciona (deveria funcionar), concomitantemente às normatizações do que o Estado é (deveria ser) e funciona (deveria funcionar).

Dentro da “língua brasileira”, se for possível pensar tal homogeneização, é muito discutido o papel das profundas raízes africanas que “crioulizaram” a língua portuguesa (Gonzalez, 1984, 1988; Bagno, 2016; Lucchesi, 2001). Enquanto isso, há ainda pouca discussão acerca da aparente estabilidade linguística purista em que a língua portuguesa se autoprotegeu em um longo apagamento do constante fluxo de mestiçagens múltiplas em sua invenção estatal, especialmente no impacto provocado pela massiva presença muçulmana no território ibérico entre os séculos VIII e XVI (Gonzalez, 1988). No próximo tópico deste artigo, discutiremos as prefigurações discursivo-ideológicas que norteiam a linguística nas “formações” imagéticas do brasileiro e do português.

PERMEABILIDADE LINGUÍSTICA NAS MISTIÇAGENS DA LINGUAGEM E A PREFIGURAÇÃO IDEOLÓGICA NOS DISCURSOS

Em sua tese, Zinkhahn Rhobodes (2015) estudou o contato linguístico entre a língua alemã e a polonesa em uma área de fronteira. Segundo sua proposta, haveria três graus de afetação em uma língua em contextos multilíngues: Durabilidade, Permeabilidade e Liminalidade (Zinkhahn Rhobodes, 2015, p. 233).

Para a linguista, no grau de *Durabilidade* “as barreiras são impermeáveis e não há, portanto, influência nos níveis fonéticos, morfológicos e sintáticos entre as línguas. A fronteira entre uma língua e outra é claramente observável” (Zinkhahn Rhobodes, 2015, p. 233-234). Sobre a categoria fronteira, a *Permeabilidade*, é dito que “se refere à porosidade observável na fronteira entre uma língua e outra”. Nessa classificação haveria nítida divisa entre as línguas, de modo que há permeabilidade, “o que permite a ultrapassagem de interferência nos níveis fonéticos, morfológicos e/ou sintáticos” (Zinkhahn Rhobodes, 2015, p. 234). Por fim, na *Liminalidade*, as barreiras entre uma língua e outra seriam claras, “a classificação e a atribuição de elementos linguísticos a uma língua ou à outra se torna difícil” (Zinkhahn Rhobodes, 2015, p. 236).

Sobre tais princípios, Mario Gaio (2017) constrói sua tese relacionando a etnicidade linguística nos processos de transculturalidade nos “brasileiritalianos” do eixo

Rio de Janeiro-Juiz de Fora. Para ele, tais gradações atingem “todos os planos da língua, desde os mais superficiais, como o lexical até os mais profundos, como as estruturas morfossintáticas” (p. 69), sendo fenômeno inerente a qualquer fronteira linguística. O linguista parte da intrínseca naturalidade entre os contatos culturais e os linguísticos em relação à religião, aos costumes, aos casamentos e aos demais contatos constantes que italianos tiveram nessa região brasileira (Gaio, 2017, p. 70).

Ainda conforme Gaio (2013; 2017), a massiva imigração de italianos poderia ser caracterizada como analfabeta/semianalfabeta e dialetófona, tendo um número irrisório de falantes da “língua oficial” da Itália. Nesse sentido, as mestiçagens linguísticas não se davam da língua italiana do século XIX com o português do século XIX, mas sim entre contatos linguísticos de uma gama de línguas do território italiano com o que podem ser definidas como “as línguas brasileiras”, sendo consideradas para a tese o brasileiro urbano, o rural e o estatal (Gaio, 2017, p. 88, 128).

Todavia, faz-se essencial analisar o discurso linguístico comum utilizado no contato linguístico entre as línguas africanas e indígenas e “a língua brasileira”. A linguista Joana Plaza Pinto (2013) aponta que há dois caminhos muito visados para interpretar esse complexo choque (quando não uma colisão) entre as línguas dos invasores e as outras. O primeiro seria a hipótese da *crioulização* que, segundo Lucchesi (2001, p. 98, 99), esse encontro teria catalisado tendências já prefiguradas no sistema linguístico do português, em que o foco da mudança seria sempre em “direção à língua-alvo: o português culto”. Já a outra hipótese seria a “mudança contínua do português europeu”, que partiria de uma maior negação de influências africanas e indígenas no português brasileiro culto (Lucchesi, 2001, p. 99).

Além de toda a problemática de pensar tais processos metodológicos, Pinto (2013) denuncia a tomada do português brasileiro culto como parâmetro e resultado. A linguista comenta que, em sua análise das ideias de Lucchesi, “as diferenças de tratamento do português do Brasil é um problema de natureza metodológica e não ideológica (ênfase no culto ou ênfase no popular)” (Pinto, 2013, p. 133).

Segundo ela, “Os limites entre descritivismo e prescritivismo são obscuros quando os discursos hegemônicos sobre a língua portuguesa ficam incólumes e as categorias sociais usadas para sustentar os alegados critérios de cientificidade não são submetidas à crítica” (Pinto, 2013, p. 129). Assim, dizer o que é o “português brasileiro” e reforçar o

que ele *deveria ser* costuma ser uma atitude altamente mesclada quando recortes não são tomados. Segundo Mariani (2004, p. 26), “as línguas são objeto de observações linguísticas e, simultaneamente, o processo de descrevê-las retifica certa imagem linguístico-cultural pré-construída”.

É só pela tomada da existência da pureza de uma “norma culta” que se pode mencionar que há uma forma dialetal, menos pura, de “norma popular”. Conforme Pinto (2013):

O plano linguístico admite metáfora hierárquica de primeira ordem: o contato entre línguas geraria **simplificação**, enquanto a deriva românica apresenta **forças**. Não precisa ir longe para perceber que essa metáfora da criouliização como simplificação das línguas está associada à metáfora de infantilização do negro. O crioulo como termo pejorativo para a população africana levada para as Américas é aplicado sem crítica às práticas linguísticas influenciadas por falantes africanos, para designar explicitamente práticas incompletas (Pinto, 2013, p. 133).

DeGraff (2005) aponta que, entre os diversos mitos sobre a linguagem, o mais perigoso é a excepcionalidade do crioulo. Segundo o autor, a ideia de uma transmissão irregular é a regra de como se dão as transmissões. Usando as categorias de Zinkhahn Rhobodes (2015), faz-se necessário questionar o parâmetro que molda a *Durabilidade*:

[...] tal atitude, que considera a diglossia como um fato realizado, uma situação estabilizada, apaga evidentemente as tensões que existem entre os funcionamentos linguísticos e a ideologia de seus funcionamentos, e mascaram os mecanismos que produziram e continuam a produzir os fenômenos tomados como objeto de estudo (Gardy; Lafont, 1981, p. 77).

As línguas e os dialetos crioulos só podem existir a partir de um oposto não crioulo. Tal plano de comparação só pode existir na dicotomia de um referencial que seja inventado enquanto puro e outros mestiços. Pinto (2013, p. 131) aponta que tais mestiçagens (ou hibridizações, como denomina) não são resultado dos processos, mas o princípio pleno da linguagem, que implica metodologias que visem a essa instabilidade natural e inventem, assim, homogeneizações que favorecem as ideologias dominantes.

A *Permeabilidade* não seria uma categoria gerada pelo contato, mas a natureza intrínseca ao processo linguístico. Assim, deve-se questionar o princípio da *Durabilidade* e sua “impermeabilidade” especialmente pensando este como um processo inventivo ideológico que busca mascarar a inerente mestiçagem de todos os fatores.

Em uma crítica a tal mito de “pureza” (antimestiça), DeGraff (2005) disserta:

Crioulos são, portanto, opostos às línguas “normais” e “regulares” (*i.e.*, não crioulas) (ver, por exemplo, Valdman, 1978: 345; 1992: 81; McWhorter, 1998: 793, 798-99, 809-12), apenas línguas não crioulas são consideradas línguas maduras com *pedigrees* antigos, história filogenéticas profundas e estruturas linguísticas plenamente desenvolvidas” (DeGraff, 2005, p. 542-543).

A uniformidade preconizada ao teorizar sobre “língua brasileira”, “língua portuguesa” ou casos ainda mais drásticos, como “línguas africanas” e “línguas indígenas”, que “contaminam” tal constância inerte e apresentam ressonância na produção da história. Décadas atrás, Lélia Gonzalez (1988) já propalava a necessidade de pensar em uma categoria político-cultural da Amefricanidade que fizesse uma releitura dos processos históricos do passado e do presente:

A formação histórica de Espanha e Portugal se deu no decorrer de uma luta plurissecular (a Reconquista), contra a presença de invasores que se diferenciavam não só pela religião que professavam (Islã); afinal, as tropas que invadiram a Ibéria em 711 não só eram majoritariamente negras (6700 mouros para 300 árabes), como eram comandadas pelo negro general (“Gabel”) Tárik-bin-Ziad (a corruptela do termo Gabel Tárik resultou em Gibraltar, palavra que passou a nomear o estreito até então conhecido como Colunas de Hércules). Por outro lado, sabemos que não só os soldados como o ouro do reino negro de Ghana (África Ocidental) tiveram muito a ver com a conquista moura da Ibéria (ou Al-Andulus). Vale notar, ainda, que as duas últimas dinastias que governaram Al-Andulus procediam da África Ocidental: a dos Almorávidas e a dos Almôhadas. Foi sob o reinado destes últimos que nasceu, em Córdova (1126), o mais eminente filósofo do mundo islâmico, o aristotélico Averróes (Chandler, 1987). Desnecessário dizer que, tanto do ponto de vista racial quanto civilizacional, a presença moura deixou profundas marcas nas sociedades ibéricas (como, de resto, na França, Itália etc.). Por aí se entende por que o racismo por denegação tem, na América Latina, um lugar privilegiado de expressão, na medida em que Espanha e Portugal adquiriram uma sólida experiência quanto aos processos mais eficazes de articulação das relações raciais (Gonzalez, 1988b) (Gonzalez, 1988, p. 73).

Por meio da conciliação entre a citação anterior e os desdobramentos até aqui propostos, articulamos o terceiro tópico.

A articulação de Al-Andalus no processo da Ibérica

Como foi apontado por Gonzalez (1988), muito se escreve e teoriza sobre as relações raciais durante o processo da colonização e pós-invasões, mas a massiva influência ocultada pela presença negra na Península Ibérica em quase nada é relatada.

Suisse (2020) e Bezerra (2011), em materiais didáticos para graduandos em estudos linguísticos, apresentam que os séculos da ocupação árabe propagaram ciências medicinais, algébricas, físicas, culinárias, bélicas. Além disso, o moçárabe possui uma “infiltração” lexical nos desdobramentos do processo da “língua portuguesa” arcaica que permanecem até hoje.

É com pouca surpresa que reitera a origem árabe de termos como alface, alfazema, açafraão, açúcar, alecrim, algodão, alfândega, armazém, tarefa, arroba, quilate, quintal, alfaiate, almoxarife, alaúde, tambor, álgebra, algoritmo, cifra, álcool, alquimia, alambique, elixir, aljava; e regiões como Guadalajara, Guadalquivir, Medina, Almedina, Guadiana (Bezerra, 2011, p. 63-64). Isso sem mencionar sua profunda especialização em organizações filosófica e literária que floresciam amplamente, como se nota pelas interpretações que faz de Aristóteles, os escritos de Averróis, obras como *As mil e uma noites*, *Rubaiyat*, *As aventuras de Simbad, o marujo*, além do advento de tecnologias, como a bússola, o papel e a pólvora (Bezerra, 2011, p. 62).

Segundo as definições de Zinkhahn Rhobodes (2015), o que possuímos de descrições da influência árabe e moçárabe nas línguas ibéricas, como o castelhano, o espanhol e o português arcaico, se enquadrariam em *Permeabilidade* por conta da influência lexical. Nesse sentido, segundo Bezerra (2011), constariam mais de mil arabismos em plena circulação. O mesmo autor, citando Carolina Michaelis de Vasconcelos, escreve que “Os elementos árabes, não só numericamente, mas também quanto à sua importância, são os mais notáveis entre os não latinos da língua portuguesa” (Bezerra, 2011, p. 65). Todavia, é muito tenro pensar que em cerca de setecentos anos de intenso contato o nível da *Limialidade* não teria sido alcançado atingindo a morfossintaxe, a despeito de estratégias de *Durabilidade* do árabe e posteriormente das línguas “românicas”.

Se Bagno (2011, 2013, 2016) tem constantemente denunciado que a ligação latina é muito mais forjada do que genealógica no português e que Galiza teria uma centralidade muito maior que a história permitiu registrar, as influências na técnica e nos veículos ideológicos aderidos, como os citados, não teriam causado impacto mais profundo do que é tido? Seria possível transmitir cultura (enquanto superestrutura) sem transmitir a “lógica” ou o “pensamento” que a valida em um grau infraestrutural?

Sobre tal premissa das “profundas marcas” de Al-Andalus nas sociedades Ibéricas, como Gonzalez (1988, p. 73) menciona, faz-se necessário erigir marcos que o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2013) aponta às pesquisas em seu giro decolonial. Segundo seu texto, foram quatro os genocídios do século XVI que ocasionaram, concomitantemente, epistemicídios que sacramentaram o privilégio de determinar o modo certo de interpretar o mundo e o conhecimento dos homens ocidentais. O primeiro foi contra os povos muçulmanos e judeus na invasão de Al-Andalus em busca da “pureza do sangue”; o segundo, contra os povos indígenas de Abya Yala e os aborígenes asiáticos; o terceiro, contra as nações africanas traficadas e escravizadas pelo continente americano; e o quarto, contra as mulheres que difundiam o conhecimento tradicional indo-europeu na própria Europa (Grosfoguel, 2013, p. 52).

Enquanto a língua portuguesa passava por cristalização e dogmatização (em direção à *Durabilidade*), seu contato com as línguas quicongo/quimbundo (da matriz bantu) e yorubá (da matriz keto), as quais, segundo Oliveira (2011) e Da Silva (2018), tinham por natureza uma plasticidade de fruir e atualizar livremente muito maior, gerou uma experiência, ainda bastante vista, de *Permeabilidade*. Porém, segundo Bhabha (2007), a diáspora causou verdadeira mestiçagem e uma hibridização completa da língua hegemônica em expressa disrupção da construção sistêmica e sistemática de saberes, de modo que transformou o meio de autoridade colonial em algo irreconhecível. Tal aspecto se caracterizaria pela experiência de *Limialidade*, que precisava ser negada pelos agentes de patronagem ideológica da colonialidade do poder.

A filósofa bell hooks (2007) esmiúça essa temática na relação do inglês anglo-saxônico com o gullah e outras línguas, e afirma que “Mudar a maneira como nós pensamos sobre linguagem e como nós a usamos necessariamente altera a maneira como nós sabemos o que nós sabemos” (hooks, 2007, p. 862). Segundo ela, o real poder de se apropriar da mestiçagem das línguas se dá em “fabricar um espaço para produção cultural alternativa e epistemologias alternativas – diferentes maneiras de pensar e conhecer que foram cruciais para criar uma visão de mundo contra-hegemônica” (hooks, 2007, p. 860). Ainda de acordo com hooks (2007):

Nós procuramos construir um lugar para a intimidade. Incapazes de encontrar tal lugar no inglês padrão, nós criamos a fala rompida, imperfeita, desregrada do vernáculo. Quando eu preciso dizer palavras que fazem mais do que simplesmente refletir ou se dirigir à realidade dominante, eu falo o vernáculo

negro. Lá, nesse lugar, nós fazemos o inglês fazer o que nós queremos que ele faça. Nós tomamos a língua do opressor e a viramos contra ela mesma. Nós fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, liberando-nos nós mesmos na linguagem (hooks, 2007, p. 863).

Em Al-Andalus, a experiência se deu por meio de outra natureza, pois essa estratégia não foi feita em diáspora nem para resistência de algo, mas sim no florescer orgânico da riqueza de uma cultura em movimento “estável” por séculos. Tal cenário não contradiz o fato de que em momentos de transição brusca das ocupações da península a estratégia descrita por hooks (2007) era presente em diversos graus e formas.

Segundo o professor Abdullah Al-Amar (2017), em *La presencia de Al-Kitâb de Sibawâyh en al-Ándalus y su papel en la evolución del pensamiento lingüístico andalusí*, os estudos sobre a competência e a utilização da língua árabe começaram muito antes da formalização das escolas linguísticas.

Foram quatro as clássicas escolas de estudo profundo da língua árabe: Basora, Kufa, Bagdá e a de Al-Andalus, tendo a última papel fundamental de fortalecê-la perante as influências da península (Al-Amar, 2017, p. 216-217). Nesta, houve uma fase de imitação das tendências orientais, dependendo completamente dos eruditos das outras regiões do Oriente e, posteriormente, uma fase de criação (Gogazeh, 2002, p. 43). Entretanto, a virada aconteceu quando a obra *Al-Kitâb*, de Sibawâyh, chegou a Al-Andalus, e existem várias versões sobre a maneira como essa introdução foi concebida (Al-Suyuti, 1979, p. 216; Shohaeddin, 2001, p. 298). O impacto e a influência que *Al-Kitâb* legou a todos os estudos sobre a língua árabe fez com que a escola de Al-Andalus tivesse um papel de autonomia e proeminência nas ciências linguísticas, e lhe permitiu ser chamado de o evangelho da língua árabe (Al-Amar, 2017, p. 218):

Al-Kitâb é um dos primeiros livros árabes que tratam a linguagem como um espelho no qual finalmente se refletem fenômenos, objetos e conceitos. Por isso, deve seguir as mesmas leis do pensamento e da natureza, nas quais não há exceção (Al-Amar, 2017, p. 219, tradução nossa).⁴

Alguns dos traços essenciais de seus desdobramentos linguísticos foi o método de Al-Qiyâs que consistiria “ao extrair de uma regra preexistente uma nova regra aplicável

⁴ No original: “Al-Kitâb es uno de los primeros libros árabes que tratan el lenguaje como un espejo en el que se reflejan finalmente los fenómenos, los objetos y los conceptos; por ello debe seguir las mismas leyes que el pensamiento y la naturaleza en las cuales no se puede encontrar excepción alguna”.

a um novo caso, análogo ou semelhante ao anterior”, o que "nos permite justificar a estrutura e a natureza da linguagem e provar sua conformidade com as exigências da razão”, assim o método “leva a buscar as causas de cada elemento do edifício linguístico e a demonstrar que os diversos dados estão totalmente de acordo com os princípios naturais que regem a língua” (Al-Amar, 2017, p. 218 n.t.⁵). Para tanto, a “gramática” era baseada na busca dos feitos primários e os secundários, consequências derivacionais dos primeiros (Serour, 2000, p. 90).

Outro importante efeito do *Al-Kitâb* continuou a tradição de levar a descrição exaustiva e elemental dos fonemas e dos sons como parte fundamental daquilo que chamaríamos de “morfologia”. Para isso, Sibawâyh se deteve em um detalhamento meticuloso de forma anatômica dos pontos e modos de articulação, assim como as vibrações das cordas vocais, ou seja, categorias fora da metalinguagem europeia:

Em suma, al-Kitâb serviu de base para a construção da escola linguística andaluza, formando suas tendências, direcionando sua metodologia e provocando uma longa disputa e polêmica entre os linguistas andaluzes. Nenhum outro livro é conhecido por ter tido mais ressonância e deixado mais influência do que o livro de Sibawâyh (Al-Amar, 2017, p. 227, tradução nossa).⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma linha que precisa ser traçada entre a práxis de linguajar, isto é, a prática onto-epistêmica de pensar e ser no mundo, e a categoria teórica de “linguagem” que prefigura uma homogeneização e estabilização em um misto de prática “descritivista” e “prescritivista”. Nesse sentido, Makoni (2003) explica a criação da categoria linguagem e Quijano (2005) aponta como a criação desse signo se encaixa na colonialidade do poder, especialmente naquilo que diz respeito à criação de estratégias e métricas de justificativa de “superioridade” étnica (Pinto, 2013).

⁵ en extraer de una regla preexistente una nueva norma aplicable a un caso nuevo, análogo o similar al anterior, [...] permite justificar la estructura y la naturaleza de la lengua y probar su conformidad con las exigencias de la razón [...] lleva a buscar las causas de cada elemento del edificio lingüístico y a demostrar que los diversos datos están totalmente de acuerdo con los principios naturales que rigen la lengua

⁶ No original: “En suma, al-Kitâb ha servido como base para construir la escuela lingüística andalusí, formando sus tendencias, dirigiendo su metodología y provocando una larga disputa y polémica entre los lingüistas andalusís. No se conoce otro libro que haya tenido más resonancia y que haya dejado más influencia que el libro de Sibawâyh”.

Dessa forma, a língua brasileira culta é inventada para se autojustificar, assim como a ideologia de quem a descreve influi na descrição do processo de sua formação, pensando em uma distinção de língua pura que é mestiçada por dialetos e de dialetos que se purificam em prol de uma “organização”. Assim, cumpre a necessidade de desmentir a identidade naturalmente mestiça e híbrida que a práxis de linguajar revela constantemente.

Pode-se, então, concluir que as “influências” na di/poliglossia tem muitos de fatores que não apagam suas consequências, mas as mascaram sob um manto de reducionismo. Enquanto nas áreas fronteiriças Zinkhahn Rhobodes (2015) definia categorias de profundidade de intersecções e dinâmicas, os estudos levantados demonstram a necessidade de pensar tais categorias mais em níveis ideológicos-discursivos do que pragmáticos-fonológicos-morfossintáticos.

Sob tal ótica se questiona o “purismo” da língua portuguesa que invadiu o Brasil. Pensando a plasticidade linguística, com muitas ressalvas, podemos compará-la com o processo do cimento em uma betoneira ligada, que não se solidifica quando é colocada em movimento, mas se torna impermeável ao ser colocada de forma estática por um longo período. Aqui, reclamamos que essa betoneira está ao ar livre e aberta, o que faz toda forma de substância adentrar sua boca e se misturar à massa, pois o contexto e as condições externas são incessantemente dinâmicas até em graus microscópicos e invisíveis (como os efeitos atmosféricos e gasosos).

Reclamamos, conjuntamente, que o cimento não foi preparado com o propósito de ser usado em alguma construção, mas sua principal função e sentido de existência está nessa betoneira, a qual nunca desliga completamente, a não ser pela morte daquela prática de linguajar, único parâmetro em que a inércia da estática é possível. Pretendemos comprometer os princípios colonializantes do ponto neutro imóvel e desterritorializado que geraram a compreensão de cristalização linguística. Compromete-se também o princípio da substância “não mestiça” e de sua função para um ambiente desligado de sua dinâmica ontológica.

Explorando uma das dinâmicas de contato que passam por grande reducionismo, isto é, considerando elementos unicamente lexicais, foi dissertado sobre a potência que Al-Andalus e a presença africana e árabe tiveram por cerca de sete séculos na Península Ibérica. A proeminência científica-literária-filosófica dessa região foi obliterada em um

epistemicídio pensado, tal qual foi registrado a respeito dos saberes e dos modos de ser consubstanciais das línguas africanas em diáspora e indígenas em extermínio (Grosfoguel, 2013).

É válido mencionar que Al-Andalus foi também um polo de estudos linguísticos em profusão que organizava o que a linguagem deveria e poderia ser em modos fora de parâmetros e instrumentos europeizantes. Assim, tais estudos, métodos e conhecimentos podem ter atravessado as barreiras permeáveis por outros veículos culturais englobados, gerando uma mestiçagem e hibridização pouco visada em níveis mais infraestruturais do que aqueles denotados pelos filtros ideológicos que buscavam a sacramentação de sua “pureza” lusa.

Em busca da reformulação de um humanismo em que caibam todos os humanos e as vidas que extrapolam tal categoria, a ciência se vê em uma encruzilhada: usar paliativos para suas diversas fissuras, fraturas e desmoronamentos por conta de uma infraestrutura comprometida ou abertamente se redimensionar perante o desafio do giro decolonial aliançado no rizoma.

REFERÊNCIAS

AL-AMAR, Abdullah. La presencia de Al-Kitâb de Sibawâyh en al-Ándalus y su papel en la evolución del pensamiento lingüístico andalusí. *Jordan Journal of Modern Languages and Literature*, v. 9, n. 3, p. 215-232, 2017.

AMORIM FILHO, Pedro. Políticas polirrítmicas: o mundo é composto como música, mas não é uma sinfonia. In: BUZATO, M. E. K.; SEVERO, C. G. (Orgs.). São Paulo: Letraria, 2023. p. 96-114. Disponível em: <https://www.lettraria.net/wp-content/uploads/2023/07/Cosmopolitica-e-linguagem-Letraria.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricity*. Trenton: Africa World Press, 1988.

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico*. 56 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

BAGNO, Marcos. O português não procede do latim. Uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego. *À busca do tesouro*, n. 191, p. 34-49, 2011.

BAGNO, Marcos. Do galego ao brasileiro, passando pelo português: criouliização e ideologias linguísticas. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *O Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 319-338.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles L. *Voices of Modernity: Language Ideologies and the Politics of Inequality*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BEZERRA, Antônio Ponciano. A reconquista cristã da Península e a Constituição do reino português. In: *A História da Língua Portuguesa*. São Cristóvão: CESAD, 2011, p. 65-73.

CALVET, Jean-Louis. *Linguistique et Colonialisme, petit traité de glottophagie*. Paris: Payot, 1974.

DEGRAFF, Michel. Linguists' Most Dangerous Myth: The Fallacy of the Creole Exceptionalism. *Language in Society*, v. 34, n. 4, p. 533-591, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. Trad. B. Massumi. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1987.

ERRINGTON, Joseph. Colonial Linguistics. *Annual Review of Anthropology*, v. 30, p. 19-39, 2001.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. R. Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GAILO, Mario Luis Monachesi. *Etnicidade linguística em movimento: os processos de transculturalidade revelados nos brasileiro-italos do eixo Rio de Janeiro-Juiz De Fora*. 2017. 303 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Estudos Aplicados da Linguagem, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/3678/2017-04-03%20tese%20mario%20gaio%20-%20versao%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jun. 2023.

GARDY; Phillipe; LAFONT, Robert. La diglossie comme conflit: l'exemple occitan. *Languages*, n. 61, p. 75-91, 1981.

GOGAZEH, Ziyad Mohammad. *Aspectos del pensamiento lingüístico árabe clásico según Ibn Djinnî*. PhD diss., Sevilla, 2002.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. 1988. In: *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. São Paulo: Diáspora Africana, 2018, p. 321-334.

GROSGOUEL, Ramon. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. *Tábula Rasa*. Bogotá –

Colombia, n. 19, p. 31-58, jul.-dez., 2013. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-19/02grosfoguel.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

HAUCK, Jan David. A linguagem de outro jeito: as naturezas linguísticas e o desafio ontológico. In: BUZATO, M. E. K.; SEVERO, C. G. (Org.). *Cosmopolítica e Linguagem*. São Paulo: Letraria, 2023, p. 41-76. Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2023/07/Cosmopolitica-e-linguagem-Letraria.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

hooks, bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 857-864, 2007.

KANDJIMBO, Luís. Das rivalidades linguísticas à geopolítica crítica. *Jornal de Angola*, Luanda, 10 de julho de 2022. Opinião. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/das-rivalidades-linguisticas-a-geopolitica-critica/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEVERO, Cristine; BUZATO, Marcelo El Khouri. In: BUZATO, M. E. K.; SEVERO, C. G. (Org.). *Cosmopolítica e Linguagem*. São Paulo: Letraria, 2023, p. 129-142. Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2023/07/Cosmopolitica-e-linguagem-Letraria.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *Delta*, São Paulo, v. 17, p. 97-130, 2001.

MAKONI, Sinfree. From Misinvention to Desinvention of Language: Multilingualism and the South African Constitution. *Black Linguistics: Language, Society and Politics in Africa and the Americas*. Org. MAKONI, Sinfree. et al. New York: Routledge, p. 132-151, 2003.

MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. Disinventing and Reconstituting Languages. In: MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. (Org.). *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon, UK: Multilingual Matters, p. 1-41, 2007.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Trad. S. R. Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos e em tempos híbridos de globalização cultural. In: *O Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editora, 2013.

MÜHLHÄUSLER, Peter. Language Planning and Language Ecology. *Current Issues in Language Planning*, v. 1, n. 3, p. 306-367, 2000.

OLIVEIRA, Eduardo David. Epistemologia da ancestralidade. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação RESAFE*, n. 17, 2011. Disponível em: https://filosofiaafricana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eduardo_oliveira__epistemologia_da_ancestralidade.pdf. Acesso em: 16 maio 2018.

PRATT, Mary Louise. Linguistic Utopias. In: FANN, N.; ATTRIDGE, D.; DURANTI, A.; MCCABE, C. (Org.). *The Linguistics of Writing*. Manchester: Manchester University Press, 1987.

PINTO, Joana Plaza. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *O Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editora, 2013, p. 120-143.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

SEROUR, Salah. Lingüística y literatura árabe. *Actas de las I Jornadas de lingüística y literatura árabes*, 29-30 noviembre, en Vitoria, España, 2000.

SHAFIK, Minouche. *Cuidar uns dos outros: um novo contrato social*. São Paulo: Intrínseca, 2021.

SHOHAEDDIN, Shojaeddin. *De Persia a la España Musulmana: la historia recuperada*. Huelva: Universidad de Huelva, 2001.

SUISSE, Abdelilah. Aspectos importantes do legado árabe na língua portuguesa. *Língua-lugar: Literatura, História, Estudos Culturais*, n. 2, p. 42-59, 2020.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Corrêa. *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Universidade de Brasília, 2018.

ZINKHAN-RHOBODES, Dagna. Polonês e alemão em contato. Uma abordagem da aplicação do conceito de limite na análise linguística. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 53, 2015.

Recebido em: 02/05/2024

Aceito em: 09/06/2024

Gabriel D. Gruber: Mestre em Linguística pelo IEL/UNICAMP (com ênfase em línguas indígenas brasileiras), é licenciado em Letras Português, Letras Inglês e é bacharel em

Mestiçagens do processo ibérico e brasileiro: Al-Andalus, (im)permeabilidade linguística como paradigma geopolítico e colonialidade

Teologia (com ênfase em tradução da literatura sacra do hebraico e grego antigo), e pós-graduando em Tradução. Atua como professor concursado da rede municipal de ensino de Monte Mor (SP).